

Suspeita é que propina era de 13%

A Subcomissão de Emendas Orçamentárias da CPI que investiga a máfia do orçamento suspeita que a construtora Norberto Odebrecht destinava 13% das verbas liberadas via Orçamento para pagamento de propinas a parlamentares, relatores parciais e gerais dos Orçamentos anuais da União e membros do Executivo. Este percentual é o mesmo que a Polícia Federal suspeita que foi pago de propina à EPC, empresa de Paulo César Farias, no caso da hidrelétrica de Pirapama, na Bahia, construída pela Queiroz Galvão, OAS e construtora Norberto Odebrecht.

A Subcomissão de Emendas chegou aos 13% depois dos cálculos feitos para tentar decifrar as

equações que aparecem nos documentos e disquetes de computador apreendidos na casa de Ailton Reis, diretor da Norberto Odebrecht em Brasília.

Sempre que há diversos percentuais anotados à frente de uma emenda de interesse da construtora, a soma dos valores totaliza 13%, segundo o coordenador da Subcomissão de Emendas, Sigmaringa Seixas (PSDB-DF).

Conforme os documentos, os percentuais eram sempre anotados à frente de nomes ou siglas, que membros da CPI suspeitam sejam de parlamentares ou de membros do Executivo, sendo destacados também percentuais para o relator parcial e o relator-geral.

O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), está convencido da existência de um esquema das empresas operando com o Legislativo e o Executivo para a liberação de verbas. Entretanto, ele ainda não decidiu se incluirá as empreiteiras no seu relatório, ou se apenas enviará os documentos em poder da Comissão para a CPI das Empreiteiras, já aprovada pela Câmara dos Deputados e que começará a funcionar logo após a conclusão das investigações sobre a máfia do Orçamento no Congresso. A dúvida de Magalhães se deve à falta de provas sobre o esquema. O diretor da Odebrecht, Ailton Reis, ao depor na CPI, garantiu que os percentuais foram uma simulação de sua responsabilidade.